



Lula destaca criação de empregos nas prioridades de governo do PT

Pré-candidato é o mais aplaudido em evento que reuniu quatro presidenciais

No Encontro com Presidenciais, promovido pela Força Sindical no dia 29 de abril, o líder petista Luiz Inácio Lula da Silva apresentou vários pontos de seu programa de governo, com ênfase em políticas de combate ao desemprego. Lula defendeu três pilares para a criação de empregos no país: investimento em infra-estrutura, mercado e mão-de-obra qualificada. O estímulo à agricultura familiar e à criação de cooperativas de trabalho, segundo o pré-candidato, também são medidas prioritárias em seu plano de governo.

Lula, que se apresentou para uma platéia de 1.500 pessoas, entre empresários e trabalhadores, foi o mais aplaudido dos pré-candidatos. O líder petista falou após seus adversários Ciro Gomes (PPS), Anthony Garotinho (PSB) e José Serra (PSDB). Leia abaixo a explicação de Lula sobre os principais pontos de seu programa de governo.

1. Emprego

“As empresas, em função dos grandes avanços tecnológicos nos últimos anos, não geram mais a quantidade de empregos que geravam alguns anos atrás. Por isso é preciso discutir qual o papel dos trabalhadores diante da revolução tecnológica, que é necessária ao nosso país. Os jovens não conseguem emprego porque o mercado de trabalho, numa economia capitalista como a nossa, se move em função da necessidade de pagamento de juros, e não em função do crescimento da produção. O BNDES tem que ter mais critério para investir, escolhendo o setor que vai gerar mais empregos. A Monsanto, por exemplo, recebeu do BNDES R\$ 784 milhões para um investimento que gerou apenas 300 empregos. Se nós investíssemos corretamente na micro, pequena e média empresa, se investíssemos corretamente na agricultura familiar, na organização das cooperativas de trabalho e na reforma agrária, a possibilidade de geração de empregos seria muito maior.”

2. Atrair investidores

“Há três ingredientes que um governo precisa oferecer aos investidores nacionais e estrangeiros:



O pré-candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, no Encontro com Presidenciais

infra-estrutura, mercado e mão-de-obra qualificada. É preciso gerar emprego para gerar salário, porque isso gera mercado e mercado gera poder de compra.”

3. Educação

“É preciso assumir o seguinte compromisso: o ensino fundamental tem que garantir ao filho de um faxineiro disputar uma vaga na universidade com o filho de um engenheiro. Temos que ter coragem de dizer que nenhum adolescente brasileiro ficará fora da escola porque não tem dinheiro pra pagar. Temos que ter dinheiro para financiar uma criança pobre que quer disputar e não pode. Essa criança ou devolve o dinheiro quando começar a trabalhar ou pode devolver o dinheiro prestando serviço na área em que ele está formado. O desespero pode levá-lo à droga, e a droga leva à criminalidade. E a criminalidade encerra a vida dessas pessoas.”

4. Política de saúde

“Os pobres deste país têm de sair do ambulatório médico com um pacote de remédio embaixo do braço. No Brasil, há 9,3 milhões de famílias que não conseguem comer as calorias e as proteínas necessárias. São 43 milhões de brasileiros sem forças para trabalhar, sem motivação. Nós poderemos construir um país onde as pessoas podem continuar pobres, mas não

miseráveis. Tem que ser um compromisso de honra, não um compromisso de candidato.”

5. Política agrícola

“Agricultura familiar e agricultura empresarial se completam. E não temos nada contra fazendas mecanizadas, até porque o Brasil precisa produzir muito mais: 100 milhões de toneladas de grãos é pouco para um país que tem uma área cultivável maior do que a da China. Mas o que gera emprego no campo é a agricultura familiar. Temos que organizar a população em cooperativas, garantir que essas pessoas tenham acesso ao mercado. Por que sou defensor da agricultura familiar? Por cinco propósitos: a ocupação soberana do nosso solo, a geração de empregos, a manutenção das pessoas em sua terra natal, a melhoria da qualidade de alimento e a preservação ambiental.”

6. Reforma agrária

“Possivelmente eu seja a única pessoa neste país que pode fazer reforma agrária sem que haja ocupação de terra e morte no campo. Porque reforma agrária tem que ser feita em torno de uma mesa, negociando entre os trabalhadores, fazendeiros e governos. São 90 milhões de hectares de terras ociosas que poderiam ser ocupadas tranquilamente sem bagunça. O Incra tem as informações, nós sabemos onde está a terra,

se ela é produtiva ou não, e temos que ter uma política de financiamento para que essa reforma aconteça.”

7. Reforma tributária

“Queremos desonerar a produção neste país. Diminuir os impostos no setor produtivo e na exportação brasileira. Isso vai garantir maior competitividade. E inclusive tirar o efeito cascata (o mesmo imposto incide sobre o mesmo produto em várias etapas da produção). Em relação ao Imposto de Renda, o que eu disse na verdade é que é preciso reduzi-lo. Antes de começar com 15%, podemos começar com 5%, depois 10%, 15%, até chegar aos altos salários e impor a taxa que o Congresso entender que seja justa. E é preciso aumentar o número de pessoas fiscalizando para acabar com a sonegação.”

8. Salário mínimo

“Salário mínimo não pode ser visto como custo, tem que ser visto como renda. Porque quem ganhar R\$ 20 ou R\$ 30 de aumento não vai comprar dólar nem carro importado. Vai comprar feijão, arroz, óleo. Esse dinheiro volta ao mercado imediatamente. Precisamos de uma política para aumentar o salário mínimo e fazer uma verdadeira revolução no investimento produtivo neste país. A oitava economia do mundo não pode ter um salário

CUT reúne 150 mil no 1º de Maio

O presidente nacional do Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Felício, aprovou a realização de atos descentralizados no 1º de Maio em São Paulo. A entidade, que realizou dez atos na Grande São Paulo, avalia que cerca de 150 mil pessoas participaram.

Felício também considerou importante a manifestação no Rio de Janeiro, convocada pela governadora Benedita da Silva (PT) e por todas as centrais sindicais.

O sindicalista criticou ainda a forma como a Força Sindical organiza o 1º de Maio em São Paulo, com megaeventos, artistas e sorteios. “Não fazemos sorteios com dinheiro de empresários porque ninguém faz isso de graça”, afirmou.

mínimo menor do que o do Paraguai.”

9. Alca

“Temos que brigar lá fora, com a Organização Mundial do Comércio. Temos que desonerar a nossa política de exportação. Os EUA nos impõem uma tarifa média de 46,5% nos produtos e nós colocamos em média apenas 3,5% nos nossos produtos. Nós queremos livre mercado, queremos ser respeitados. É por isso que sou contra a Alca. A Alca, do jeito que os EUA querem, não é uma política de integração como a União Européia. A UE ajudou Portugal, Espanha e Grécia e deu um tempo para que eles investissem em infra-estrutura e se tornassem competitivos. No projeto da Alca não há nenhuma política compensatória para os países pobres. Como vamos disfrutar de cara limpa sem antes protegermos nossas empresas, sem antes nos prepararmos do ponto de vista tecnológico?”

10. Segurança pública

“No âmbito federal, estamos propondo: 1) criar uma secretaria que seja responsável pela coordenação nacional da política de Segurança Pública; 2) propor aos governadores a criação de um pacto em torno de um plano nacional de segurança e a instalação de um processo de construção social da paz; 3) mobilizar

mutirão pela paz; 4) definir novos princípios e novas regras para instituições de Segurança Pública; 5) controlar de armas de fogo; 6) criar um programa de combate ao tráfico de armas e proibir a venda de armas.

No âmbito estadual: 1) criar um sistema único de Segurança Pública; 2) criar um Conselho Estadual de Segurança Pública; 3) criar áreas integradas de segurança militar, com a unificação progressiva das academias; 4) criar órgãos integrados de informação e inteligência da polícia e corregedoria única.

Âmbito municipal: 1) precisamos de uma polícia tecnicamente mais preparada, melhor remunerada; 2) um sistema prisional que tenha como objetivo recuperar as pessoas que foram presas, sem chances de ser excluídas da sociedade; 3) fazer funcionar o Ministério Público e o Judiciário.”

11. Previdência

“Quanto mais emprego tiver e quanto mais trabalhador tiver contribuindo com a Previdência Social, menos roubo vai ter na Previdência Social. O que precisamos é recuperar a capacidade de arrecadação da Previdência, gerando mais emprego neste país, criando condições objetivas para que mesmo pessoas que estão na economia informal possam contribuir.”

12. Experiência

“Meus adversários ficam repetindo que “é preciso ter experiência”. Mas eu pergunto: Do que valeu a experiência deles? Se tivessem experiência, não haveria 44 milhões de pessoas passando fome e o país não estaria subordinado à ingerência do FMI como está agora. Humildemente, posso dizer a vocês: o movimento sindical brasileiro só chegou aonde chegou hoje porque, alguns anos atrás, alguém teve a coragem de mudar.

Eu poderia ser candidato a prefeito de São Bernardo (ABC paulista), poderia ser candidato a governo do Estado. Mas por que sou candidato a presidente? Porque é somente através da Presidência que nós podemos fazer as mudanças que têm de ser feitas neste país. Não é o governador que pode fazer reforma agrária ou reforma da Previdência. Eles têm medo de que um cidadão que tem diploma de torneiro mecânico faça neste país mais do que eles fizeram em toda a vida deles.”

OPINIÃO

Preparando a vitória

Estamos vivendo um momento de preparação de nossa campanha e de nossa vitória. O governo e seu candidato continuam administrando as divisões na coalizão que elegeu Fernando Henrique em 1998 e patinam nas pesquisas, mesmo levando em conta a relatividade delas a cinco meses das eleições. O PFL caminha para não apoiar nenhum candidato e fazer alianças regionais. O PMDB continua muito dividido, e a maioria de seus diretórios e grande parte de seus líderes regionais deverão apoiar Lula ou outro candidato da oposição. O fato é que há, pela primeira vez, um candidato único do governo e da direita, já que, até agora, o PTB apoia Ciro e o PPB também ficará sem candidato.

A situação do governo não é boa também no "front" econômico e social, com alta de tarifas públicas e combustíveis, inflação maior, aumento do desemprego e queda da renda real dos assalariados, medidas econômicas antipopulares e falta de resultados positivos econômicos e sociais. Muita propaganda e muito apoio dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais para seu candidato, que não pode ser subestimado, pois José Serra tem 17% nas pesquisas, apesar do momento de contestação e desgaste de sua candidatura, inclusive dentro do PSDB, e da crise, que se arrasta há tempos, da escolha do vice no PMDB.

No campo oposicionista,



se é que podemos continuar a chamá-lo assim, depois das tentativas de alianças de Ciro com o PFL e de Garotinho com o PPB e o PFL, assistimos a consolidação das candidaturas — mesmo com a verticalização, no caso do PSB, e da crise na Frente Trabalhista, pela aliança com o PFL e da indicação do candidato ao governo no Rio Grande do Sul.

A campanha e a disputa política estão contaminadas ainda pela definição de candidaturas, alianças e vices, pela propaganda partidária que irá até junho e por acontecimentos políticos no mundo, como a crise argentina, a tentativa frustrada de golpe contra o presidente Hugo Chávez, na Venezuela, a guerra de Israel contra o povo palestino e, por fim, as eleições francesas, com a derrota de Lionel Jospin no primeiro turno.

O impacto das alianças é grande no tempo de TV e rádio, no potencial eleitoral de cada candidato e no apoio dos parlamentares, prefeitos e governadores, embora esses não

necessariamente venham a acompanhar as cúpulas partidárias. E os acontecimentos internacionais não tiveram, até agora, um impacto decisivo no cenário político brasileiro, apesar das lições que podemos tirar de cada episódio, particularmente da crise argentina e da tentativa de golpe na Venezuela.

De certa forma, podemos afirmar que as eleições ainda não começaram, e nem o cenário está totalmente definido, e que nossa principal tarefa é mobilizar nosso partido, consolidar as candidaturas e as alianças nos Estados, organizar a campanha, utilizar bem nosso espaço partidário na TV e no rádio e fazer o debate político programático com a sociedade.

O PT não pode cair no internismo na discussão de alianças, por mais importante que sejam as alianças e esse debate interno. E, muito menos, paralisar-se para discutir, neste momento, quem será o vice ou a vice de Lula. Agora é hora de preparar a estrutura da campanha, percorrer o país com o pré-candidato e as lideranças, mobilizar o partido e fazer o debate na sociedade sobre nossa proposta de governo.

Temos até junho para definir o vice e as alianças, que serão decididos pelo Diretório Nacional. Temos avançado e faremos uma ampla aliança nacional com o PC do B e, com o PMN, podemos fazê-la. Com o PL, dependemos, para retomar a discussão no PT, de uma

decisão de sua direção que deve definir se prioriza a eleição nacional ou as eleições de deputados nos Estados, já que a verticalização, no caso da aliança nacional, obriga o PL, nos Estados, a se coligar com o PT ou com partidos que não tenham candidato a presidente. E não devemos deixar de considerar a possibilidade de aliança com o PV.

É hora, portanto, de nos dedicar a organizar a campanha, mobilizar a militância, debater o programa de governo, consolidar as candidaturas nos Estados, onde não são poucos os problemas e indefinições.

Lula e nossos pré-candidatos devem percorrer o Brasil, ir para as ruas e acumular forças. Devemos nos preparar de forma organizada e unitária para a verdadeira batalha eleitoral e política de 6 e 27 de outubro.

Vamos reafirmar, com base nas resoluções do XII Encontro Nacional, de Recife, que somos uma candidatura de oposição, alternativa à aliança conservadora que elegeu Fernando Henrique, aberta a alianças de apoio ao nosso candidato e ao nosso programa. Vamos fazer uma campanha eleitoral mobilizadora e militante, de debate político sobre o Brasil e seu futuro, porque estamos preparados para vencer as eleições e governar.

José Dirceu
é presidente nacional do PT e deputado federal

INTERNACIONAL

Desfecho de golpe na Venezuela abala os Estados Unidos

O governo de George W. Bush nos Estados Unidos acabou como um dos principais atingidos pelo golpe que tentou derrubar o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em abril.

"Os golpistas da Venezuela não aprenderam com os exemplos de participação popular no Peru, Equador, Bolívia e Argentina. Por outro lado, os EUA saem desmoralizados desse processo, que mostrou a falsidade do discurso do Departamento de Estado norte-americano em favor da democracia", declarou o presidente do PT, deputado federal José Dirceu (SP).

O golpe aconteceu em 12 de abril, após conflito no dia anterior em que morreram 17 pessoas em Caracas, capital da Venezuela. Foi a oportunidade para que militares e empresários descontentes com Chávez tentassem tomar o poder.

Preso em unidades das Forças Armadas, Chávez se recusava a assinar sua renúncia. Mas isso não impediu que Pedro Carmona, presidente da Fedecamaras — maior entidade de empresários do país —, fosse nomeado chefe de um governo de transição e, em seguida, anunciasse um decreto que dissolvesse a Assembléia Nacional, demitisse a Suprema Corte e marcava eleições para dali a um ano.

Além disso, Carmona anunciou a liberação da produção de petróleo e que iria retirar a Venezuela da Opep (Organização dos Países Produtores de Petróleo), iniciativas de interesse direto dos EUA. A estatal venezuelana é a terceira maior fornecedora estrangeira de petróleo para os norte-americanos.

Democracia

Para Dirceu, a América Latina mudou e não aceita mais que se rasguem Constituições e que se apliquem golpes de Estado. "O povo da Venezuela percebeu que o problema não era Chávez, mas que a democracia era insustentável para a direita. Mais ainda, o presidente Chávez garantia liberdade de imprensa total, coisa que o ditador Carmona eliminou", afirmou.

Logo após o golpe, os EUA não só precocemente manifestaram apreço a Carmona e seus aliados



Chávez, em seu retorno

como também foram alvo de críticas por terem mantido contato com os golpistas, o que colocaria o governo Bush em conflito com a OEA (Organização dos Estados Americanos), que condena publicamente a derrubada de governos eleitos democraticamente.

Em nota oficial no dia 12 de abril, o PT pediu o cumprimento dos dispositivos da OEA. O governo Bush só apoiou resolução da OEA condenando "a alteração da ordem constitucional na Venezuela" no sábado, após saber que Chávez tinha praticamente retomado o poder, o que foi confirmado no domingo, dia 14 de abril.

Críticas

O governo Bush foi atacado por vários setores nos EUA e no exterior, por ter demonstrado arrogância ao se opor à condenação internacional do golpe contra Chávez, eleito em 1998.

Segundo o jornal norte-americano *The New York Times*, Arturo Valenzuela, ex-assessor de segurança nacional para a América Latina do governo Clinton, acusou o governo Bush de passar por cima de mais de uma década de tratados e acordos para a defesa coletiva da democracia. Segundo o jornal, os EUA haviam invocado tais acordos na OEA para restaurar governos no Haiti, na Guatemala e no Peru.

Ainda segundo o jornal, Valenzuela "alertou que os países da região podem ver o apoio tépido à democracia venezuelana como um sinal verde para uma volta aos anos 60 e 70, quando o poder era transferido de golpe em golpe".

Sobre isso, o ex-assessor de Clinton disse: "Eu acho que é um desdobramento muito negativo para o princípio do governo constitucional na América Latina. Acho que isto vai voltar para nos assombrar".

NOTAS

PT está em campanha pelo voto aos 16

A Secretaria Nacional da Juventude do PT está, desde o dia 6 de abril, mobilizando jovens de 16 e 17 anos de todos os Estados para alertá-los sobre a importância de eles retirarem o título de eleitor e votarem nas eleições deste ano.

"A campanha instiga-os ao exercício da cidadania", afirma Rodrigo Abel, secretário nacional da Juventude. Foram distribuídos 23 mil cartazes e 40 mil praguinhas aos diretórios municipais e estaduais de todo o país.

De acordo com o dirigente petista, há 19,6 milhões de jovens aptos a tirar o título de eleitor neste

ano, o equivalente a 20% do colégio eleitoral do país. Em média, 25% costumam se alistar na Justiça Eleitoral. "Queremos elevar essa média o máximo possível", afirma Abel.

Deputados criticam política de juros do BC

Deputados petistas não concordam com a política de manutenção da taxa de juros adotada pelo Banco Central (BC). A taxa básica foi mantida em 18,5%, interrompendo a tendência de queda iniciada em fevereiro.

Nota do BC explicou que a manutenção da taxa de juros se deu por causa do nível de inflação acima do esperado e do aumento das tarifas de serviços públicos

e da gasolina.

"O argumento da pressão inflacionária, que é basicamente tarifas públicas, não se justifica. Temos a maior taxa de juro real da economia mundial e a manutenção provoca recessão, agrava o endividamento público e constrange o orçamento", declarou o deputado federal Aloizio Mercadante (PT-SP). Segundo ele, qualquer mudança na taxa de juros só acontecerá com a mudança de política econômica.

BNDES assina contrato para projeto no Acre

O governador do Acre, o petista Jorge Viana, assinou no dia 16 de abril, em São Paulo, contrato de financiamento com o

BNDES para apoiar um programa pioneiro de Desenvolvimento Sustentável executado integrando vários projetos nas áreas urbana, social e florestal.

O programa — que terá um investimento total de R\$ 50 milhões — possibilitará o desenvolvimento de experiências e soluções que, segundo o BNDES, poderão ser estendidas a outras regiões da Amazônia. Envolvendo quase todos os municípios do Acre, o programa prevê, por exemplo, a recuperação da infra-estrutura portuária, além de instalação de Centros de Florestania e o reaparelhamento do Departamento de Estradas de Rodagem do Acre.

Assinatura anual: R\$ 50,00

Sim, eu quero assinar o PTnotícias

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____

Estado _____ CPF _____

E-mail _____

Sexo: Masculino Feminino

Filiado ao PT: Sim Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 - Vila Mariana

CEP 04117-091 - São Paulo - SP

Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

PT NOTÍCIAS **CUPOM DE assinatura**

O PT Notícias é o jornal quinzenal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. A partir de agora, algumas notícias e matérias da última edição serão disponibilizadas no Portal do PT.

No site, os internautas terão uma pequena amostra da edição do jornal, já que o mesmo é distribuído por meio de assinatura anual.

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:

1) **Cheque nominal** à Editora Fundação Perseu Abramo.

2) **Depósito bancário** nominal à Editora Fundação Perseu Abramo: Banco do Brasil C/C 2241-1 Agência 3323-5 (Enviar junto com o cupom preenchido cópia do comprovante de depósito)

3) **Cobrança bancária.**

4) **Cartão de crédito:**
 Visa Mastercard Dinners
 Número do cartão: _____
 Data de validade: ____/____/____

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT
José Dirceu

APOIO ADMINISTRATIVO
Ana Troccoli

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO
Ozeas Duarte

FOTOS
Roberto Parizotti

EDIÇÃO
Ralph Machado - MTB 21.131

SEDE
Rua Silveira Martins, 132,
São Paulo, SP, CEP 01019-000

REDAÇÃO
Claudio Cezar Xavier, Priscila Lambert e Walter Venturini

Tel.: (011) 3243-1313
Fax: (011) 3243-1349
E-mail: pntot@pt.org.br

DIAGRAMAÇÃO
Sandra Luiz Alves

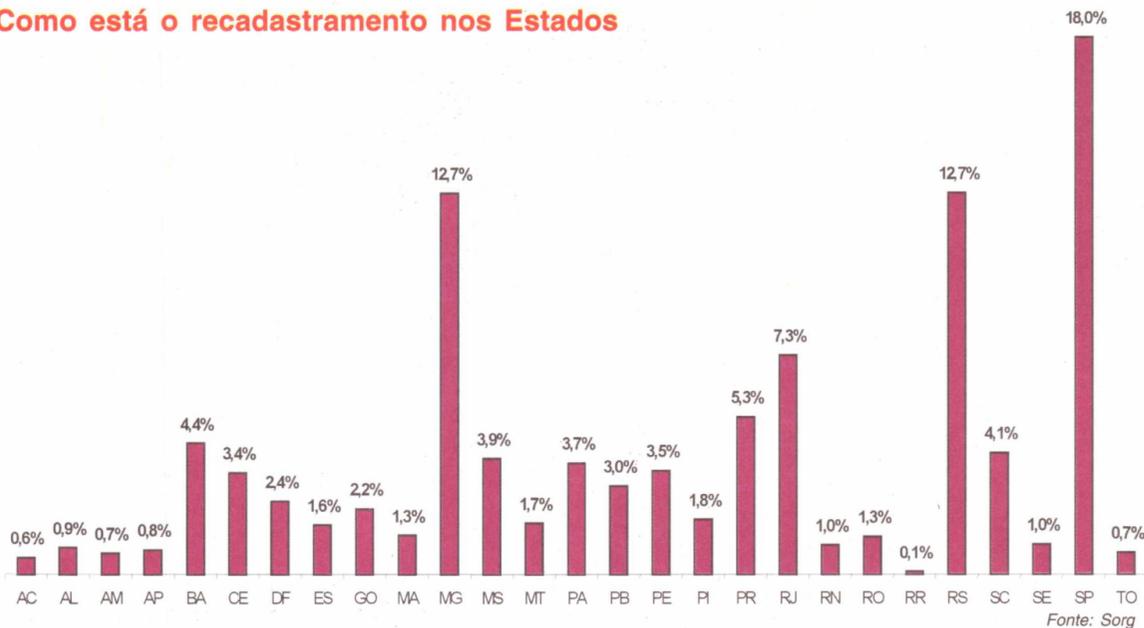
Página na internet: www.pt.org.br
Tiragem: 8.000 exemplares
Fotolitos e impressão: Artpress

INTERNACIONAL

França reage à extrema direita

PARTIDO

Como está o recadastramento nos Estados



PT chega a 254 mil carteiras

O Partido dos Trabalhadores atingiu, em abril, a marca de 254 mil carteiras emitidas aos filiados. Neste mês completam-se dois anos da instituição da Carteira Nacional de Filiação e do novo formulário de cadastro. De janeiro até agora, o Diretório Nacional recebeu 26.925 cadastros, dos quais 7.251 (27%) referem-se a novas filiações.

Para o partido, essas duas informações representam um marco na história da organização petista, um avanço na consolidação do Cadastro Nacional de Filiados e a demonstração de que, cada vez mais, aumenta o número de pessoas que se identificam com as idéias defendidas pelo PT.

Recadastramento

O 12º Encontro Nacional do PT, realizado no ano passado em Recife, aprovou a realização de uma campanha nacional de recadastramento dos filiados, para a atualização de dados.

O prazo final para recadastramento, que inicialmente era dia 30 de junho deste ano, foi prorrogado até o dia 24 de outubro, por meio de

resolução aprovada pelo Diretório Nacional em março de 2002.

A meta é chegar a 400 mil filiados. O Diretório Nacional recebeu até o momento 265.735 cadastros de filiados de todo o país. Esses filiados poderão, agora, receber com regularidade as comunicações internas partidárias e saber das atividades desenvolvidas pelo partido no seu município, no seu Estado e

no Brasil.

Em breve, de acordo com o Diretório Nacional, os filiados poderão também fazer o recadastramento pela internet. Todos os procedimentos estão explicados no Portal do PT (www.pt.org.br).

Cartaz

Para a campanha, o DN produziu cartazes que alertam para a importância do recadastramento. O material já começou a ser

enviado aos diretórios municipais. No cartaz, há um local onde os diretórios poderão informar os endereços da sede e dos postos permanentes de recadastramento a serem criados.

O slogan da campanha é: "Estamos contando estrelas". Segundo o secretário nacional de Organização do PT, Silvano Pereira, deve ser esse o sentimento de todos os envolvidos nos trabalhos.

"O desafio agora é entrar em contato com os filiados que, de certa forma, estão afastados das atividades do partido, mas que ajudaram a tornar o PT, nestes 22 anos, um dos maiores partidos de esquerda do mundo e que anseia uma mudança de rumo que nos leve a uma sociedade realmente democrática e igualitária. E essa mudança cristaliza-se na candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Portanto, estamos contando estrelas, sim, convocando a todos companheiros para se juntarem nessa marcha rumo à vitória nas eleições de 2002".



Pelo menos 1 milhão de franceses protestaram, no dia 1º de maio, contra a candidatura de Jean-Marie Le Pen, de extrema direita, na maior mobilização política da França nos últimos anos. Le Pen, conhecido por seu perfil xenófobo e fascista, disputa no dia 5 de maio o segundo turno para a Presidência da França contra o atual presidente, Jacques Chirac (direita). Os partidários de Le Pen também fizeram um ato, mas com um número bem menor de adesões: apenas 10 mil.

O protesto no Dia do Trabalhador acirrou a onda de manifestações contra Le Pen, que chegou ao segundo turno ao ultrapassar o atual premiê, o socialista Lionel Jospin, por pequena margem de votos (16,9% contra 16,1%) no primeiro turno, em 21 de abril. Além dos protestos no país, houve também o repúdio de vários líderes internacionais.

Esta é a primeira vez que um líder de extrema direita chega ao segundo turno na França. No dia seguinte ao primeiro turno, mais de 100 mil pessoas, a maioria jovens, saíram às ruas em diversas cidades francesas em manifestações contra Le Pen. Muitos empunhavam cartazes com dizeres como "Chirac, eu não queria votar em você!" e "A França não é fascista".

Esquerda dividida

"Acho que (a derrota de Jospin) deve servir de lição para o mundo inteiro", afirmou o líder petista Luiz Inácio Lula da Silva, que esteve na França no início de abril para dar apoio à candidatura do premiê francês.

Pela análise de Lula e vários cientistas políticos, duas questões principais levaram a esse resultado: a desmotivação da população

pela campanha e a divisão da esquerda.

"A esquerda cresceu no processo eleitoral, mas a sua divisão entre muitos candidatos fez com que uma figura considerada fascista por todo o mundo político fosse para o segundo turno. Eu lamento pelo Jospin e lamento pelo Partido Socialista, com o qual nós temos uma relação muito forte desde 1980. Espero que as pessoas não desanimem. É importante aprender, dar a volta por cima e se preparar para as próximas eleições."

O chanceler da Alemanha, o social-democrata Gerhard Schröder, disse que os democratas da França e do restante do continente devem se empenhar para que Le Pen não ganhe nenhum tipo de poder.

Tony Blair, primeiro-ministro britânico, afirmou que ficou "muito triste" com o resultado da eleição francesa: "Confiamos no povo francês para que rejeite o extremismo de qualquer tipo".

Expectativa

O Partido Socialista também se manifestou sobre as candidaturas no segundo turno. "Jacques Chirac é nosso adversário no círculo da democracia. Mas Jean-Marie Le Pen é um perigo para a República. A partir disso, nossa escolha será forçosamente a da República", disse o primeiro-secretário do PS, François Hollande.

Acusado de corrupção e considerado uma figura crepuscular da direita, Chirac tornou-se a esperança da democracia na França. Segundo pesquisas eleitorais, a frente anti-Le Pen deve garantir uma reeleição folgada de Chirac, com 75% a 80% dos votos.



Lula, Berger, Habib, Dirceu e Singer (dir.), durante o ato

Saiba como fazer o recadastramento

Para fazer parte do Cadastro Nacional de Filiados do PT, todos os militantes que não têm carteira de filiados e que não preencheram o novo formulário de filiação devem se recadastrar até o dia 24 de outubro. Leia abaixo respostas a dúvidas sobre o recadastramento.

Como fazer o recadastramento?

Os filiados podem se recadastrar nas sedes dos Diretórios Municipais, nos postos permanentes nos municípios, nas sedes dos Diretórios Estaduais e, em breve, pelo portal do

partido (www.pt.org.br). Já está disponível no site do PT um banner intitulado Recadastramento Nacional, onde além de informações sobre o recadastramento, o filiado pode consultar se seu cadastro já se encontra no Diretório Nacional. Para isso, o filiado faz uma consulta informando o número do seu título de eleitor. Caso não seja localizado o cadastro, é possível fazer uma nova tentativa informando seu nome e município. É necessário estar em dia com a contribuição mensal.

Quem deve se

recadastrar?

Todos os filiados que não têm carteira do PT e que não preencheram o novo formulário de filiação.

Até quando posso me recadastrar?

Até o dia 24 de outubro deste ano. Quem perder este prazo não terá seu nome incluído na relação oficial de filiados do PT e, portanto, não poderá votar nem ser votado em eleições do partido.

Onde buscar a carteira?

O DN enviará a carteira ao endereço do cadastrado que consta no formulário. O envio ocorrerá num

prazo de 15 dias depois que a ficha chegar ao DN.

E se a carteira demorar mais a chegar?

A demora pode ser causada por erros no preenchimento do formulário. Neste caso, o DN envia um relatório ao DM para que as informações sejam corrigidas. Só então é que o DN enviará a carteira ao filiado.

A quem recorrer em caso de dúvida?

As dúvidas devem ser encaminhadas para o correio eletrônico filiados@pt.org.br ou pelo tel. (0/xx/11) 3243-1342.

Ato pede paz no Oriente Médio

O PT promoveu no último dia 29, na sede nacional do partido, em São Paulo, o Ato pela Paz Justa e Duradoura no Oriente Médio, com objetivo de ressaltar o reconhecimento de que tanto judeus como palestinos têm direito a Estados soberanos.

"O processo de paz no Oriente Médio é lento mas possível, e este ato é uma demonstração desta possibilidade", disse o presidente nacional do PT, deputado federal José Dirceu (SP). "Nascemos defendendo a criação do Estado palestino e

respeitando a existência do Estado de Israel", disse o pré-candidato petista à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva.

Também participaram o coordenador de Relações Institucionais e Internacionais da Unicamp, Mohamed Habib, o representante do Instituto Jerusalem, Ali El-Khatib, o economista e professor da USP, Paul Singer, o presidente da Federação Israelita do Estado de São Paulo, Natan Berger, e o deputado federal Milton Temer (PT-RJ).

ELEIÇÕES

IC faz projeto de reforma política

O financiamento público das campanhas eleitorais pode ser uma saída eficaz para evitar a desigualdade de recursos entre os partidos e a falta de transparência nos vínculos entre os candidatos e as empresas privadas que doam dinheiro para suas campanhas. Mas como contornar a impopularidade de uma medida que retirará algo em torno de R\$ 1 bilhão dos cofres públicos para entregar a candidatos?

Não existe uma resposta definitiva para essa e várias outras questões que foram expostas durante seminário suprapartidário sobre reforma política promovido pelo Instituto Cidadania, em São Paulo, no dia 22 de abril. O objetivo do seminário, que reuniu membros da sociedade civil, acadêmicos e políticos, é justamente evitar que esse debate fique restrito aos meios acadêmico e político.

Como enumerou o cientista político Francisco de Oliveira, professor da USP (Universidade de São Paulo) e coordenador do projeto, o debate discutiu aspectos do sistema eleitoral, formas de melhorar o sistema partidário e os mecanismos de controle da representação.

Mudanças

Na abertura do evento, o líder petista Luiz Inácio Lula da Silva, pré-candidato do partido à Presidência da República, lembrou exemplos de mudanças nas regras eleitorais de anos anteriores que acabaram prejudicando alguns partidos em detrimento de outros.

Nas eleições de 1994, por exemplo, após o PT percorrer o Brasil todo, foi criada a lei que proibia as imagens externas. “Nos trancafiaram em um estúdio com o objetivo de evitar que mostrássemos o Brasil como ele era, ou seja, independentemente do sucesso do Plano Real”, afirmou Lula. De acordo com ele, é para evitar que ocorram mudanças desse tipo a cada eleição — como a atual adoção da verticalização das coligações — que uma reforma política definitiva torna-se necessária.

“Reforma política é como reforma tributária: todo mundo quer, mas ninguém faz”, disse Lula. “Não pretendemos que o resultado desse seminário seja usado como instrumento de campanha, mas será apresentado aos congressistas”, afirmou. “Queremos que todos possam contribuir para que apresentemos ao país uma proposta mais consensual.”

O Instituto Cidadania já realizou seminários sobre moradia, fome zero e de segurança pública. Os próximos serão sobre energia (30 de abril) e ciência e tecnologia (em maio, sem data definida).

O seminário contou também com o ex-presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), ministro Paulo



O deputado federal João Paulo Cunha, em reunião do Diretório Nacional, em março

Costa Leite, o deputado federal João Paulo Cunha, líder do PT na Câmara, o senador Roberto Requião (PMDB-PR), o advogado Fábio Konder Comparato, o empresário Ricardo Young, presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos, e os cientistas políticos Jairo Nicolau e Fernando Limongi.

Financiamento público

A maioria dos convidados a expor no seminário defendeu o financiamento público de campanhas como uma forma de acabar com os atuais problemas, como os altos valores gastos com as campanhas, a desigualdade de recursos entre os partidos e a falta de transparência nos vínculos entre os candidatos e as empresas que doam dinheiro a suas campanhas.

“Houve uma americanização nas campanhas políticas, o que fez com que a TV — a produção dos programas políticos e inserções comerciais — se tornasse o principal meio de divulgação, em detrimento dos comícios, dos debates em escolas, em centros das comunidades. E isso encarece tremendamente”, disse o cientista político Jairo Nicolau, do IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro). Para ele, os programas são longos e ineficazes porque não prendem a atenção do telespectador/eleitor.

Nicolau afirmou que, em 1998, o Banco Itaú doou R\$ 2,6 milhões para a campanha de Fernando Henrique Cardoso à reeleição, enquanto Lula recebeu um total de R\$ 2,2 milhões para toda a campanha.

Três pilares

Segundo o deputado João Paulo Cunha, hoje há uma tendência mundial no sentido de reduzir ou limitar a influência do grande capital nas eleições por meio da implantação ou reestruturação do financiamento público das campanhas, proposta defendida pelo PT. Ele citou três pilares básicos para a reforma política: fonte única de receita (o Orçamento

público), teto nacional de gastos em número proporcional aos candidatos e fiscalização periódica. “Com isso é possível fazer uma coisa eficiente, democrática.”

Já o senador Roberto Requião acredita que o financiamento público deva existir, mas que não seja a única fonte de recursos para as campanhas porque, do contrário, estimulará a existência de caixa dois. “É muito ingênuo acreditar que apenas os recursos públicos seriam suficientes. As campanhas não deixarão de ser caras e surgirão caixas dois”, afirmou.

Para o empresário Ricardo Young, do Instituto Ethos, enquanto as campanhas forem vistas como um “negócio atraente” aos olhos da mídia, dos empresários, dos publicitários e dos políticos, o processo cada vez mais excluirá a sociedade e os cidadãos em geral.

Limites a custos

Em nome das mais de 50 empresas que o Ethos representa (que correspondem a 50% do PIB brasileiro), Young disse ser favorável ao financiamento público. “É preciso limitar os custos, retirar a atratividade que as campanhas têm como negócio. Enquanto não houver financiamento público, defendemos mecanismos de transparência das doações.”

Para enfrentar essa transparência, no entanto, Nicolau defendeu uma melhor instrumentalização dos TRES (Tribunais Regionais Eleitorais). De acordo com ele, os TRES não têm capacidade para investigar efetivamente os gastos de campanhas.

“Em 1998 havia 3.400 candidatos a deputado federal no Brasil. Inúmeros processos judiciais são abertos, mas vêm ao cabo porque não há capacitação dos TRES. Obviamente, com o financiamento público, mais candidatos aparecerão. E quanto mais candidatos, mais difícil será a fiscalização. Além disso, quanto mais candidatos, menos recursos para cada

um, o que estimulará o caixa dois.”

Segundo João Paulo, como todos saberiam antecipadamente quanto cada partido receberia para gastar em sua campanha, a fiscalização da aplicação dos recursos seria muito mais rigorosa. “Sem falar no fator simbólico que estaria embutido nas campanhas, a partir do fato de que os recursos públicos, necessariamente, requerem maior transparência em sua aplicação.”

Coligações

O cientista político Fernando Limongi disse ser favorável à manutenção das coligações. “Mas a questão é saber qual o critério adotado no interior da coligação para calcular o número de cadeiras. O eleitor tem de coordenar suas escolhas.” Limongi entende que as eleições majoritárias favorecem os grandes partidos e, se acabarem as coligações, os pequenos partidos não mais existirão.

Para o ministro Costa Leite, não deve haver coligações em eleições proporcionais, mas ele admite coligações em eleições majoritárias. “Parece-me essencial que as coligações sejam feitas, tendo como elemento essencial os fins programáticos. É preciso que haja pontos comuns, ideológicos ou programáticos entre os partidos coligados. Não concordo com coligações em que os objetivos sejam apenas aumentar o tempo no horário gratuito da TV.” Costa Leite acredita que, quando esse sistema for “purificado”, não será mais necessário haver coligações.

Ele defendeu a adoção do voto distrital misto, como o utilizado na Alemanha. No sistema alemão, explicou, conjuga-se eleição majoritária nos distritos com voto proporcional com lista aberta. “Isso evita a oligarquização e assegura o direito do cidadão, trazendo um equilíbrio no sistema.” Segundo ele, o voto majoritário fortalece os partidos, mas dificulta a participação da sociedade.

Pesquisas trazem Lula em primeiro

Pesquisas feitas pelos institutos Ibope, Vox Populi e CNT-Sensus mostram que o pré-candidato do PT à Presidência da República se aproxima da casa dos 40% das intenções de voto após a saída da ex-governadora do Maranhão Roseana Sarney (PFL) da disputa.

Segundo o levantamento do Ibope, Lula chegou em abril aos 35%. Em segundo lugar, tecnicamente empatados, apareciam José Serra (PSDB) e Anthony Garotinho (PSB), com, respectivamente, 18% e 16%, segundo os dados de 18 a 21 de abril. Ciro Gomes (PPS) aparece com 11%. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais para mais ou para menos.

Pelos dados do Vox Populi, de 18 e 19 de abril, Lula obteve 39%, com a repetição do empate técnico no segundo lugar entre Serra, com 19%, e Garotinho, com 16%. Ciro aparecia com 12%. A margem de erro de levantamentos desse instituto é em geral de três pontos percentuais.

Dado mais recente

Já o levantamento CNT-Sensus, patrocinado pela Confederação Nacional do Transporte e realizado entre os dias 21 e 25 de abril, mostrou Lula com 37,9%. Serra, com 16,1%, e Garotinho, com 15,2%, estão tecnicamente empatados em segundo, já que a margem de erro é de

três pontos percentuais. Ciro contava com 10,5%.

“A pesquisa [do Ibope no início de abril] mostra a crise da candidatura Serra, mas nós temos de fazer campanha”, disse o presidente do PT, deputado federal José Dirceu (SP), que também é coordenador da campanha de Lula.

“É uma situação muito confortável [no Vox Populi], mas o PT não pode cair no já ganhou”, disse o deputado federal José Genoino, pré-candidato do PT ao governo de São Paulo. Mas ele acredita que os resultados criem uma maior disposição na militância. “A nossa tarefa é sustentar a posição do Lula em primeiro nas pesquisas”, afirmou.

“Lula já está, com certeza, no segundo turno”, afirmou o pré-candidato do PT ao governo da Bahia, deputado federal Jacques Wagner. Ele, no entanto, advertiu que somente a 60 dias das eleições é que boa parte da população define seu voto.

Dos atuais pré-candidatos, apenas Lula e Ciro ainda têm direito ao horário eleitoral gratuito em abrangência nacional.

O programa nacional do PT, com 20 minutos de duração, vai ao ar no próximo dia 9 de maio. Na TV, o programa será exibido das 20h30 às 20h50. No rádio, vai ao ar das 20h00 às 20h20. O PT também está apresentando isenções (“comerciais”) num total de 40 minutos.

Verticalização continua

A verticalização de coligações, regra que proíbe alianças nos Estados entre partidos adversários que tenham candidato à Presidência, vão valer nestas eleições. No dia 18 de abril, o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu, por 7 votos a 4, não deliberar sobre a decisão anterior do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) pela qual as regras de coligações valeriam para as eleições de outubro. Assim, permanece a decisão da Justiça Eleitoral.

Foram apresentadas duas adins (ações diretas de inconstitucionalidade): uma por PT, PL, PC do B e PSB e outra pelo PFL. Ambas pediam a anulação da resolução alegando que a norma só poderia ser instituída por lei e que o tribunal desrespeitou a Constituição, segundo a qual mudanças nas leis eleitorais só entram em vigor um ano após a aprovação. O TSE diz que apenas interpretou a lei.

A maioria dos ministros do STF decidiu arquivar as adins. Com isso, o mérito dos recursos não chegou a

ser julgado. Dessa forma, fica mantida a regra pela qual partidos que têm candidatos à Presidência não podem se aliar nos Estados. Já os que não lançarem nome para o Planalto poderão fazer as coligações que quiserem nos Estados.

Casuísmo

O presidente nacional do PT, deputado federal José Dirceu (SP), considerou casuísmo o STF ter mantido a decisão do TSE. Para ele, as adins tinham base constitucional e legal para serem analisadas. “Isto é uma incongruência da legislação eleitoral, porque o TSE inventou uma verticalização pela metade”. Para ele, a medida seria moralizadora se houvesse fidelidade partidária.

O deputado federal Walter Pinheiro (PT-BA), vice-líder na Câmara, acredita que agora há um novo ambiente para conversas entre os partidos. “Será possível uma reaglutinação de forças porque é no Estado que se estabelecem as coligações”, afirmou o deputado.